



13 DE NOVEMBRO DE 2015

Sexta-feira

- DECRETO REDUZ ÁREA A SER REFLORESTADA NO PARANÁ
- SEM NOVA TARIFA TÉCNICA, EMPRESAS AFIRMAM QUE SISTEMA PODE ENTRAR EM COLAPSO EM CURITIBA
- 13.º INJETARÁ R\$ 7,2 BI NO PARANÁ; VEJA AS CIDADES COM MAIOR RENDA
- VALE E BHP FORAM DISPLICENTES E OMISSAS, DIZ SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
- TRIBUNAL SUSPENDE LICITAÇÃO DA COPEL APÓS ACUSAÇÃO DE DIRECIONAMENTO
- IBAMA MULTA VOLKSWAGEN EM R\$ 50 MILHÕES POR FRAUDE SOBRE POLUENTES
- GOVERNO PODE ELEVAR TRIBUTOS DOS COMBUSTÍVEIS
- PESQUISA DA FIESP 'SUGERIDA' POR LEVY MOSTRA QUE 56% SABEM O QUE É CPMF
- FMI: BAIXA CONFIANÇA COM SITUAÇÃO POLÍTICA DEVE ENFRAQUECER ATIVIDADE NO BRASIL
- TERMOMECANICA INVESTE R\$ 42 MILHÕES EM MODERNIZAÇÃO DE SUAS FÁBRICAS EM 2015
- TINTA AQUECE ÁGUA A 68°C COM ENERGIA SOLAR
- SUZANO ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$1,6 BI APÓS RESULTADO OPERACIONAL MELHOR NO 3º TRIMESTRE
- ALCOA QUER IR ALÉM DAS RODAS E TANQUES
- ANFIR É DESTAQUE DO ANO NO PRÊMIO NTC DURANTE A FENATRAN
- AUTOPEÇAS BRASILEIRAS APRESENTARÃO PRODUTOS NO MÉXICO
- SAINT-GOBAIN APOSTA EM NOVOS PROJETOS PARA SUPERAR CRISE
- PORSCHE PRETENDE FAZER DO BRASIL SEU MAIOR MERCADO NA AMÉRICA

LATINA

- FATURAMENTO DAS AUTOPECAS RECUA 13,3%
- PREJUÍZO DA CSN DOBRA E VAI A R\$532,6 MI NO 3º TRIMESTRE
- GOVERNO REABRE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA DO BNDES QUE FINANCIJA INVESTIMENTO
- REGRAS DE ICMS SOBRE E-COMMERCE PREOCUPA
- BRASIL NÃO ESTÁ AFUNDANDO E FUTURO SERÁ FORMIDÁVEL, DIZ BILL CLINTON
- USIMINAS PRECISA REDUZIR PORTE PARA ENFRENTAR RECESSÃO, DIZ PRESIDENTE
- EMPRESAS TERÃO MAIS DUAS SEMANAS PARA EMPRÉSTIMO COM JURO SUBSIDIADO
- DEPUTADOS QUE VÃO INVESTIGAR BARRAGEM RECEBERAM R\$ 1,5 MILHÃO DE DOAÇÕES DE MINERADORAS
- NOVO PRESIDENTE DA ALACERO DEFENDE PROTEÇÃO PARA O AÇO
- COBRE CAI COM PERSPECTIVA DE ALTA DE JUROS NOS EUA E DEMANDA CHINESA MAIS FRACA
- ARTIGO: O ERRO ESSENCIAL
- ARTIGO: REVENDO MITOS A RESPEITO DA CARGA TRIBUTÁRIA
- DESIGUALDADE DE RENDA VOLTOU A CAIR EM 2014 NO PAÍS, AFIRMA IBGE
- COMEÇAM OS DESLIGAMENTOS NA USIMINAS, EM CUBATÃO
- CPI CONVOCA PRESIDENTE DA USIMINAS A PRESTAR ESCLARECIMENTOS
- OS DESAFIOS DO EMPREENDEDOR BRASILEIRO
- CÓDIGO DE MINERAÇÃO MUDA APÓS TRAGÉDIA DE MARIANA

CÂMBIO		
EM 13/11/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,807	3,808
Euro	4,086	4,088

Fonte: **BACEN**

Decreto reduz área a ser reflorestada no Paraná

13/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Uma decisão tomada pelo governo do Paraná desobriga 120 mil proprietários rurais de recuperarem áreas que foram desmatadas. Foi publicado em diário oficial na semana passada o decreto que regulamenta no estado o cumprimento do Código Florestal e, entre as regras estabelecidas, está a possibilidade de não cumprir os Termos de Compromissos (TCs) assinados anteriormente no Sistema Estadual de Registro da Reserva Legal (Sisleg).

Não há informações disponíveis sobre o tamanho da área que não será mais reflorestada.

Entre as mudanças aprovadas no Código Florestal, em 2012, está a desobrigação de restaurar a reserva legal (área de vegetação que deve ser preservada) para os donos de pequenas propriedades (até quatro módulos fiscais, o que no Paraná significa, em média, até 70 campos de futebol), para quem já havia desmatado antes de 2008.

Outra alteração foi a possibilidade de juntar a reserva legal com as chamadas APPs (áreas de preservação permanente), como as margens de rios. Essa regra vale para propriedades de qualquer tamanho.

Ou seja, quem assinou termos de compromisso assumindo que iria recompor a vegetação de acordo com a legislação que estava vigente até então fica, a partir de agora, sujeito às novas normas. A “desobrigação” não é automática. O proprietário terá de pedir ao órgão ambiental a revisão do TC.

O secretário estadual de Meio Ambiente, Ricardo Soavinski, afirma que havia dúvidas jurídicas sobre o caminho a seguir. Há jurisprudências (decisões judiciais anteriores, que servem de referência) favoráveis para ambos os lados.

O entendimento do Ministério Público, respaldado por algumas sentenças, é de que os termos de compromissos são “atos jurídicos perfeitos”, firmados de acordo com a vigência da lei do momento e, portanto, deveriam ser cumpridos.

Mas também há decisões indicando que, para ser legal, a regra deve ser isonômica – ou seja, a mesma para todos os envolvidos. Por esse entendimento, não seria justo exigir obrigações diferentes para proprietários em mesmas condições.

O governo do Paraná optou pela isonomia. Para o advogado Alessandro Panasolo, especialista em legislação ambiental, seria temerário não colocar todos os proprietários rurais sob as mesmas regras, pois criaria uma insegurança jurídica e, possivelmente, uma corrida aos tribunais para questionar a medida.

Em informativo distribuído à imprensa, o presidente da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), Ágide Meneghette, comemorou o decreto, afirmando que era uma questão de justiça no tratamento dos proprietários rurais.

Para ambientalistas consultados pela **Gazeta do Povo**, a decisão governamental preocupa e representa menos chance de o estado alcançar o mínimo para assegurar qualidade de vida e os chamados serviços ambientais, como garantia de água.

Se a lei fosse cumprida, o Paraná ainda teria ao menos 20% de toda a sua área coberta com vegetação nativa. Contudo, a estimativa é de que menos de 10% ainda restem conservados.

As Regras do Jogo

O novo Código Florestal estabeleceu exigências diferenciadas para propriedades que têm Área de Preservação Permanente (APP) preservada.

Quem manteve a vegetação nativa é obrigado a conservá-la em proporções maiores que aqueles que terão de restaurar a cobertura vegetal que derrubaram.

Reserva legal: é destinação de uma área na propriedade rural que deve ser conservada para assegurar remanescentes naturais para promover a biodiversidade e manter o clima local e a presença de fauna, entre outros ganhos ambientais. O percentual da área reservada varia de um bioma para outro. Enquanto na Mata Atlântica deve ser de, no mínimo, 20%, na Amazônia, a Reserva Legal é de 80%.

APP: é a sigla para Área de Preservação Permanente, em que as características ambientais não podem ser modificadas. O tipo mais comum é a margem de rios, que é conservada para preservar o curso d'água e prevenir erosões e assoreamentos, entre outros fatores. Outros tipos de APPs são topo de morros, montes, montanhas e serras, encostas com declividade superior a 45°, restingas, bordas de tabuleiros ou chapadas e qualquer área em altitude superior a 1,8 mil metros.

CAR: é o Cadastro Ambiental Rural, obrigatório para todos os proprietários de áreas na zona rural. A estimativa atual é de que comece a funcionar em dezembro de 2013. Alguns testes estão sendo feitos. Assim que o governo federal liberar o início do cadastro, o prazo para o preenchimento do CAR será de um ano, prorrogável por mais um ano. O próprio governo vai fornecer as imagens de satélite que devem ser anexadas ao cadastro e que servem para apontar a Reserva Legal e a APP.

PRA: é o Plano de Regularização Ambiental. Assim que o Cadastro Ambiental Rural for feito, o proprietário rural terá de indicar, caso não tenha todas as áreas verdes previstas pela lei, como pretende se adequar. Ele pode optar pela compensação ambiental (adquirir reserva legal de quem tenha mais do que o mínimo exigido) ou estabelecer como irá recuperar a vegetação nativa. A área deve estar completamente restaurada em 20 anos, com a proporção mínima de 10% a cada 2 anos.



Para propriedades que são obrigadas a recuperar

A quantidade de vegetação nativa à beira de rios, por exemplo, que precisa ser recomposta varia de acordo com o tamanho da propriedade rural e é bem menor que a exigida de quem preservou a cobertura vegetal.

menos que 1 módulo fiscal	APP = 5 m	rio até 10 m de largura
1 a 2 módulos fiscais	APP = 8 m	
2 a 4 módulos fiscais	APP = 15 m	
mais de 4 módulos fiscais	APP = 20 a 200 m	

Obs.: cada módulo fiscal tem, em média no Paraná, 18 hectares. O tamanho do módulo varia de cidade para cidade.

Proposta partiu de ruralistas; ambientalistas lamentam a falta de debate

Uma minuta, com a proposta do teor do decreto, foi encaminhada ao governo por entidades ruralistas, como a Federação da Agricultura do Paraná (Faep) e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar).

O secretário estadual de Meio Ambiente, Ricardo Soavinski, assegura que algumas sugestões no texto da minuta foram desconsideradas. Ele comenta que os técnicos do governo já estavam trabalhando na preparação do decreto e que as sugestões das entidades foram consideradas.

Clóvis Borges, diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS), está à frente de um grupo de ambientalistas que não concorda com a forma como o decreto foi encaminhado.

Ele acredita que o governo perdeu uma oportunidade de assumir uma posição firme na condução das políticas conservacionistas e também lamenta o fato de as entidades ligadas à preservação do meio ambiente não terem sido convidadas para o debate sobre o decreto.

O secretário destacou, contudo, que as instituições ligadas à agropecuária participaram porque a redação do documento tratava de algo "procedimental", ou seja, de regras que os próprios proprietários rurais teriam de cumprir.

Cuidado com o prazo para a regularização

Todo proprietário rural precisa preencher um formulário informando o tamanho da propriedade e se está de acordo com a lei destinando ao menos 20% da área para a reserva legal, entre outros dados.

É o chamado Cadastro Ambiental Rural (CAR), sistema federal que é gerido pelos estados. O prazo para concluir o CAR vai até 6 de maio de 2016 e não pode mais ser prorrogado – a menos que seja aprovada uma lei que está tramitando no Congresso.

Até o momento e faltando seis meses para o fim do prazo, 40% das propriedades foram cadastradas. Se for mantido o ritmo de 7,5 mil propriedades por mês, o número ficará bem abaixo da quantidade de áreas rurais do estado. Todos os benefícios previstos no decreto de regulamentação do Código Florestal só são válidos para quem fizer o cadastro.

Recomposição

O governo estadual prepara o Programa de Recomposição de Vegetação Nativa, que seria uma forma de o proprietário rural que não tem o mínimo de área preservada adquirir uma espécie de cota do próprio governo.

O secretário estadual de Meio Ambiente, Ricardo Soavinski, afirma que será uma forma de o governo recompor, em grande escala, áreas no Paraná. Ele comenta que seria um meio de não apenas conservar as matas (florestas em pé, já compostas e de grande valor ambiental) que já existem – e devem ser preservadas –, mas também de criar novas florestas. Os termos do projeto devem ser definidos em dois meses.

Agora é PRA

Depois de preenchido o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o proprietário que não estiver com toda a área dentro do que manda a lei terá de participar do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Assim, ele vai propor se vai recuperar o trecho desmatado ou se irá fazer a compensação ambiental (“comprar” o direito de uso de uma propriedade que conserva mais do que é exigido pela legislação). A proposta terá de ser avaliada por técnicos dos órgãos ambientais.

92%

das 540 mil propriedades rurais no Paraná têm até 4 módulos fiscais (72 hectares, em média) e ficaram desobrigadas, pelo Código Florestal, de recompor os 20% de reserva legal de áreas desmatadas antes de 2008.

Sem nova tarifa técnica, empresas afirmam que sistema pode entrar em colapso em Curitiba

13/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Sem renovação da tarifa técnica (repassada pela Urbs para as empresas concessionárias do transporte coletivo de Curitiba), não apenas a renovação da frota de ônibus permanece indefinida como o sistema corre o risco de entrar em colapso.

Esse foi o teor das declarações dadas à imprensa por Maurício Gulin, presidente do Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp), em audiência pública realizada na Câmara dos Vereadores nesta quinta-feira (12).

Os ônibus do transporte coletivo de Curitiba não podem ter mais de dez anos de vida. Pelo edital, as empresas têm que manter uma frota com idade média de cinco anos – hoje, essa média é de mais de seis anos.

“Nós não estamos descumprindo o contrato. Somos a favor da renovação da frota, mas para que isso ocorra tem de haver equilíbrio econômico-financeiro no contrato. Sem isso, não tem como. Entendemos que há desequilíbrio desde o início – a tarifa técnica não cobre os custos dos insumos”, disse.

Impasse

Segundo Gulin, a tarifa técnica estabelecida pela Urbs, de R\$ 3,21, não é adequada à luz do contrato firmado entre concessionárias e Executivo. “Mas a tarifa é calculada a partir de indicadores previstos em contrato. Não somos nós que definimos. Mas a situação está caótica, as empresas não sabem mais quanto tempo ainda vão aguentar”, disse.

Audiência

A audiência pública foi organizada com o propósito de se debater os problemas do transporte coletivo de Curitiba e a guerra jurídica travada entre Urbs e empresas de ônibus.

Participaram do evento representantes do Ministério Público do Paraná, da Ordem dos Advogados, do Tribunal de Contas do Paraná e de associações e conselhos de usuários do transporte coletivo.

O promotor Odoné Serrano Jr., que está à frente da mediação entre as duas partes para que se firme um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para solucionar pelo menos parte dos desacordos, reafirmou os esforços pelo acordo entre os dois lados para que a questão não seja judicializada – o que significaria mais demora.

Representantes do Conselho Municipal do Transporte Coletivo e da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo reclamaram da desintegração do transporte público de Curitiba e Região Metropolitana e da falta de transparência dos órgãos, que não repassam informações sobre o andamento das negociações referentes ao TAC.

Já Roberto Gregório, presidente da Urbs, afirmou que a tarifa técnica foi definida conforme edital e contrato e chamou o impasse referente à não-renovação da frota de obstáculos à “pacificação do sistema”.

“No nosso entendimento, cumprimos o que foi fixado contratualmente, não há desequilíbrio. Mas existem demandas judiciais que têm atrapalhado o que chamamos de ‘pacificação do sistema’, por isso tentamos encontrar soluções junto ao Ministério Público”, disse, fazendo referência à liminar concedida a favor das empresas que as libera de renovar a frota a cada cinco anos.

Sobre a possibilidade de definição de uma nova tarifa técnica para encerrar o cabo de guerra entre o órgão e as empresas de ônibus, Gregório declarou que um novo valor será definido em fevereiro, data-base de motoristas e cobradores.

“Com toda certeza em fevereiro teremos uma nova tarifa técnica. O combustível aumentou, está aumentando, teremos negociação com trabalhadores, vários outros insumos já sofreram aumento. Até lá, estaremos em negociação.”

Gulin confirmou que em uma primeira discussão considerou-se uma nova tarifa técnica de R\$ 3,40, valor não comentado pela Urbs.

13.º injetará R\$ 7,2 bi no Paraná; veja as cidades com maior renda

13/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O 13.º salário deve injetar R\$ 2,926 bilhões na economia de Curitiba nos próximos meses, segundo estimativa do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese). O valor é o maior entre as cidades do Paraná.

Nos cálculos do Dieese, o 13.º incrementará a economia estadual em R\$ 7,199 bilhões. Seguidas pela capital, as cidades com maior rendimento são Londrina, com R\$ 388,6 milhões; Maringá, com R\$ 339 milhões; São José dos Pinhais, com R\$ 230,8 milhões; e Cascavel, com R\$ 204,67 milhões.

O levantamento teve como base os números da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, além do último Censo do IBGE.

Conforme o Dieese, o 13.º terá um impacto de R\$ 173 bilhões na circulação de dinheiro em todo o Brasil. O valor corresponde a 2,9% do PIB.

Vale e BHP foram displicentes e omissas, diz subprocuradora-geral da República

13/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A subprocuradora-geral da República, Sandra Cureau, criticou duramente a postura das mineradoras Vale BHP, donas da Samarco, em relação ao desastre ocorrido com o rompimento das barragens de rejeito em Mariana, Minas Gerais. Sandra também condenou a postura do governo federal em relação a uma das maiores tragédias ligadas à mineração na história do País.

“A atividade mineradora tem uma série de procedimentos usados para prevenir e mitigar desastres. Nesse caso, vê-se que a Vale e BHP foram totalmente displicentes, não se mostraram preparadas para o caso de desastre, não tinham nenhum sistema de alarme”, comentou Sandra Cureau.

O governo federal, segundo a subprocuradora-geral da República, não demonstrou a atenção e sensibilidade que o caso exige. “Houve, como geralmente ocorre, um desinteresse quase total com relação às vítimas desse desastre. As famílias e as vítimas não foram auxiliadas, não estão sendo nem recebidas. Tem pessoas mortas, crianças

mortas, e parece que nada anda acontecendo”, afirmou Sandra, durante a abertura de um seminário sobre mineração e meio ambiente, que acontece na Procuradoria-Geral da República (PGR) em Brasília. “Os ministérios ligados à área e à Presidência da República não estão demonstrando o necessário interesse.”

Sandra disse que há uma força-tarefa de procuradores na região atingida. As mineradoras, declarou, terão de recuperar todas as áreas afetadas e compensar a população por esses danos.

“Provavelmente receberão punições na área cível exatamente por não terem tomado o cuidado necessário no sentido de que esse rompimento não ocorresse”, disse. “Nesse tipo de desastre, as empresas têm que manter as medidas necessárias para evitar que ocorram ou para que, se ocorrerem, ajam no sentido de não se tornem muito maiores. Neste caso, isso não houve. Esse rompimento está atingindo Estados vizinhos.”

A PGR, disse ela, espera uma “punição exemplar”, tanto na esfera penal como na civil.

“Temos pessoas mortas, crianças, não sei quantas pessoas desaparecidas. Isso tudo podia ser evitado se a empresa fizesse seu dever de casa”, afirmou. “A barragem não rompeu por nenhum abalo sísmico. Estava sobrecarregada e não tinha estrutura suficiente para poder sustentar e ter aquela quantidade (de rejeito).”

Para a subprocuradora, houve negligência e omissão. “Não havia sistema de alarme, não havia nenhum sistema de atuação imediata no sentido de tentar conter que aqueles resíduos se propagassem com aquela velocidade e atingissem como atingiram as pequenas cidades, os moradores. Isso tudo configura omissão e negligência.”

Tribunal suspende licitação da Copel após acusação de direcionamento

13/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Uma licitação da Copel Distribuição para contratação de serviços de leitura de medidores de energia com registro fotográfico em área rural e de leitura e impressão da fatura de baixa tensão em meio urbano foi suspensa temporariamente pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

O pregão seria realizado no último dia 30 de outubro, mas foi paralisado por medida cautelar concedida pelo corregedor-geral do TCE-PR, o conselheiro Durval Amaral, um dia antes. O tribunal acolheu representação da empresa Strategos Engenharia Informática e Consultoria Ltda, que alegou direcionamento nas regras do edital.

Segundo a empresa, a exigência de atestado de capacidade técnica, em nome da participante da licitação, comprovando já ter executado ou estar executando serviço com as mesmas características da licitação estaria restringindo a livre concorrência.

O serviço licitado atenderia a Copel em 141 municípios das regiões de Londrina, Apucarana e Cornélio Procópio. O valor máximo do contrato é de R\$ 8,3 milhões por ano.

Na representação, a Strategos alega que houve ofensa às disposições do artigo 30, II e parágrafos 3º e 5º da Lei de Licitações (nº 8.666/93), pois a natureza do objeto do edital permitiria que empresas que prestaram serviços na área de saneamento tivessem plenas condições técnicas de atendimento ao edital, pois o serviço é idêntico, mudando apenas o software.

O despacho do TCE-PR, que determinou a suspensão imediata do processo licitatório, destacou que não é razoável a exigência de demonstração de experiência anterior apenas na leitura de medidores de energia elétrica.

Segundo ele, é ilícito exigir atestado de capacidade técnica que demonstre experiência em serviços idênticos aos licitados, pois a Lei de Licitações admite atestados referentes a serviços similares. O tribunal deu prazo de 15 dias para a Copel se manifestar no processo.

Outro lado

Em nota, a assessoria de comunicação da Copel afirma que a licitação já havia sido suspensa pela própria companhia, no dia 29 de outubro, com publicação no Diário Oficial do Estado e em dois jornais de grande circulação, para realizar uma análise detalhada, após receber pedido de impugnação.

Portanto o processo licitatório já havia sido interrompido antes mesmo da determinação do TCE-PR. Agora, a Copel vai avaliar os questionamentos, apresentar a defesa perante o tribunal e cumprir rigidamente com a legislação, atuando com lisura, como sempre tem atuado.

Ibama multa Volkswagen em R\$ 50 milhões por fraude sobre poluentes

13/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A filial brasileira da Volkswagen foi multada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) em R\$ 50 milhões por fraude em testes de emissões de poluentes de motores a diesel, na sequência do escândalo mundial que atingiu o grupo alemão.

Segundo comunicado do Ibama à imprensa, a empresa foi notificada nesta quinta-feira (12) e “deverá apresentar um plano de correção dos veículos alterados e comercializados para que estes atendam aos parâmetros de emissão exigidos pelas normas brasileiras”.

O órgão ambiental afirmou que a multa é a máxima prevista na legislação. No total, a Volkswagen vendeu no Brasil 17.057 picapes Amarok com motores diesel que contêm um software que altera resultados de emissões de óxidos de nitrogênio.

Governo pode elevar tributos dos combustíveis

13/11/2015 – Fonte: EM.com

Sem condições de fechar o Orçamento respeitando a meta fiscal prevista para 2016, o governo já se movimenta para tomar novas medidas, até o fim do ano, que representem aumento de receita. A principal medida em análise é o aumento da alíquota do PIS e da

Cofins incidente sobre os combustíveis, segundo apurou o Broadcast, serviço de notícias de tempo real da Agência Estado.

A elevação de PIS e Cofins poderá ser feita pela presidente Dilma Rousseff, sem precisar da aprovação do Congresso Nacional e da necessidade do período de noventa (três meses), prazo obrigatório para a entrada em vigor da Cide-combustíveis. Uma fonte da área econômica calcula entre R\$ 6 bilhões e R\$ 9 bilhões o potencial de arrecadação, a depender do valor da alíquota.

O Executivo contará com uma lista de dificuldades em fechar as contas do próximo ano: o governo decidiu abolir a possibilidade de abater investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do superávit primário previsto de 0,7% do PIB (ver página B5); conta com recursos de arrecadação incerta, como os R\$ 10 bilhões previstos com a venda de imóveis na Amazônia, conforme proposto pelo relator de Receitas, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), além de enfrentar a queda na atividade econômica, que tem reduzido a arrecadação no País.

Segundo uma fonte, o governo deve repetir a estratégia que fez em fevereiro deste ano, ao elevar temporariamente PIS e Cofins da gasolina e do diesel até que a alta da Cide entrasse em vigor. No primeiro pacote tributário do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a alta do PIS e da Cofins entrou em vigor em 1.º de fevereiro.

Já a elevação da Cide passou a vigorar em 1.º de maio, quando PIS e Cofins tiveram um recuo na mesma proporção. O governo tem um limite já autorizado por lei para aumentar a Cide, o PIS e a Cofins sem precisar de aprovação do Legislativo. "Sem receita, não tem como fechar o Orçamento", disse um integrante da equipe econômica.

Reajuste adiado

Outra medida em análise pelo governo é um adiamento ainda maior do reajuste dos servidores públicos. Pela proposta original, o aumento seria adiado de janeiro para agosto de 2016, com ganho de R\$ 7 bilhões. A proposta agora empurra para novembro o adiamento, mas a medida enfrenta resistências.

Alternativas de aumento de receitas estão sendo também discutidas com o relator do projeto de lei do Orçamento de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR). As reuniões têm ocorrido no Ministério da Fazenda.

Contudo, em público, ninguém admitirá, ao menos por enquanto, que há discussões de propostas alternativas de arrecadação. Uma das razões até agora para que novas medidas não tenham sido anunciadas é a preocupação de manter a estratégia em torno da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de recriação da CPMF. O governo ainda espera que o tributo possa entrar em vigor em outubro do ano que vem.

Pesquisa da Fiesp 'sugerida' por Levy mostra que 56% sabem o que é CPMF

13/11/2015 – Fonte: EM.com

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, (Fiesp) divulgou nesta quinta-feira, 12, a pesquisa sugerida pelo o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, sobre porque as pessoas não gostam da CPMF.

Segundo o levantamento realizado pela Ideia Inteligência a pedido da Fiesp, 56% dos entrevistados sabem o que é a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, enquanto 40% das pessoas desconhecem o imposto. Os outros 4% não responderam.

A Fiesp é francamente contrária à criação do imposto, que é defendido a unhas e dentes pelo ministro como forma de obter receita e entregar a meta fiscal. Durante participação

em evento da entidade no último dia 3, Levy sugeriu que a imprensa fizesse uma enquete sobre o porque as pessoas não gostam da CPMF. "É porque é transparente? Porque todo mundo paga, porque é fácil de recolher ou só porque é mais um imposto?", disse o ministro na ocasião.

A ideia de enquete do ministro levada a cabo pela Fiesp mostra que do universo de pessoas que sabem o que é a CPMF, 86% dizem não gostar do imposto; 11% falaram que gostam do imposto; e 3% não responderam.

Do total de pessoas que sabem o que é a CPMF e não gostam dela, 78% rejeitam a contribuição "porque é mais um imposto". Nove por cento desse universo diz que não gosta da CPMF "porque ela alcança todo mundo", 5% a repele "porque ela é fácil de recolher" e 3% recusa o imposto "porque ele é transparente". Não responderam a essa questão 5% dos entrevistados.

A pesquisa se ateve às perguntas colocadas pelo ministro no evento e não avançou em relação a outros pontos sobre o imposto. Não foi feita, por exemplo, uma pergunta direta às pessoas sobre se elas eram favoráveis ou não à criação do imposto.

A pesquisa da Ideia Inteligência foi realizada por telefone, pelo método URA (Unidade de Resposta Audível) - ou seja com perguntas e respostas automática pelo teclado - nos dias 7 e 8 de novembro. Foram entrevistadas 20.005 pessoas em 122 cidades brasileiras. A Fiesp não divulgou a margem de erro do levantamento.

FMI: baixa confiança com situação política deve enfraquecer atividade no Brasil

13/11/2015 – Fonte: CIMM

A baixa confiança de empresários e consumidores no Brasil, por causa da difícil situação política, aliada ao necessário ajuste macroeconômico, deve seguir enfraquecendo a atividade doméstica, afirma o Fundo Monetário Internacional (FMI) no documento "Desafios de Política Econômica e Perspectivas Globais", que será apresentado dias 15 e 16 na reunião do G-20, grupo formado pelas economias mais ricas do mundo, na Turquia.

Em um ambiente de baixa confiança e turbulência política, o FMI avalia que o investimento privado deve seguir em "rápido declínio" no Brasil. A previsão do Fundo é que a economia brasileira tenha contração de 3%, o segundo pior desempenho entre os países do G-20. Para 2016, a expectativa é de novo recuo da atividade, de 1%, a pior taxa do grupo dos 20 países.

Só a Rússia, entre as grandes economias emergentes, deve ter desempenho pior que o Brasil este ano, encolhendo 3,8%, por causa dos baixos preços do petróleo e dos reflexos do conflito com a Ucrânia, que incluem uma série de sanções dos Estados Unidos e Europa. No ano que vem, a economia russa deve ter desempenho melhor que o Brasil, encolhendo menos, com previsão de recuo de 0,6%.

O FMI prevê que o crescimento dos países emergentes vai declinar pelo quinto ano consecutivo em 2015, mas deve se recuperar em 2016, com países como a Rússia e mesmo o Brasil melhorando um pouco, outras economias da América Latina ganhando força e o desempenho da Índia mantendo o ritmo de expansão acima de 7%. Depois de estes mercados crescerem 4,5% no ano passado, a previsão do Fundo é de expansão de 4% este ano e de 4,5% em 2016.

"Os riscos para a piora do cenário permanecem elevados, particularmente para os emergentes", afirma o FMI. O documento ressalta que muitos emergentes têm pouca margem de manobra, tanto na política monetária como na fiscal, para tomarem medidas que estimulem o crescimento. Índices de inflação acima da meta dos bancos centrais e

deterioração das contas fiscais estão entre os fatores que impedem o uso dessas políticas para melhorar a atividade, afirma o FMI, sem citar nomes de países.

A recomendação geral do FMI é que os governos dos países emergentes fiquem atentos aos desdobramentos do cenário externo, que inclui a desaceleração da China e a elevação de juros nos Estados Unidos.

A avaliação é que estes mercados estão melhor posicionados para lidar com um cenário mais adverso, tendo reforçado as reservas internacionais e melhorado outros indicadores macroeconômicos. Mas há o risco de as mudanças esperadas para a economia mundial trazerem vulnerabilidades.

"Os mercados emergentes precisam encontrar um equilíbrio adequado entre a promoção do crescimento e o gerenciamento de vulnerabilidades", afirma o documento do FMI, que volta a recomendar reformas estruturais a estes mercados, incluindo o aumento do investimento em infraestrutura e medidas para melhorar o ambiente de negócios.

Termomecanica investe R\$ 42 milhões em modernização de suas fábricas em 2015

13/11/2015 – Fonte: CIMM

Os investimentos programados pela Termomecanica em 2015 serão, até o final do ano, 100% realizados. Ao todo, R\$ 42 milhões estão sendo aplicados na modernização das duas unidades industriais em São Bernardo do Campo (SP), destinados à aquisição de novos equipamentos, com o apoio da agência de promoção de investimentos Investe São Paulo, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo.

"No momento atual de redução do patamar industrial no Brasil, a Termomecanica acredita que o quadro negativo pode ser minimizado com estímulo governamental e iniciativa das empresas, principalmente na manutenção de seus programas de investimentos em produtividade", afirma Regina Celi Venâncio, presidente da Termomecanica.

"Nesse contexto, o apoio da Investe São Paulo tem sido fundamental para viabilidade do nosso projeto de ampliação e modernização, em especial nos aspectos relacionados à obtenção de benefícios fiscais, impactando diretamente na manutenção dos postos de trabalho e no aumento de 15% da capacidade produtiva".

Realizado em diversas etapas, o projeto priorizou a qualidade e a produtividade das linhas de fornos contínuos para fabricação de produtos como barra chata horizontal de latão e bronze fosforoso e das linhas de tubos extrudados. Os recursos também foram destinados à modernização das torres de resfriamento, com a aquisição de equipamentos ambientalmente corretos.

"O suporte da Investe SP foi fundamental para o sucesso das negociações com diferentes órgãos do Governo Estadual que viabilizaram novos estudos do Governo para a concessão de benefícios fiscais à atividade. Sem estas intermediações realizadas pela agência seria extremamente complicado viabilizar o projeto", explica a presidente.

Esta é a segunda parceria bem-sucedida entre a Termomecanica e a Investe São Paulo. "Temos dado suporte à empresa em toda a interlocução com órgãos governamentais, principalmente em relação à parte tributária.

Sabemos da importância da Termomecanica para a indústria paulista de metais, por isso trabalhamos lado a lado com a empresa em todas as suas expansões", explica Juan Quirós, presidente da Agência.

Tinta aquece água a 68°C com energia solar

13/11/2015 – Fonte: CIMM

Enquanto você ainda não consegue comprar um aquecedor instantâneo de água na loja mais próxima, talvez possa ir se virando com uma tinta que funciona como um aquecedor solar.

A tinta eleva a temperatura da água a até 68° C, e custa 40% menos do que as tintas convencionais.

A equipe demonstrou o desempenho da tinta trabalhando com um cano que, exposto ao Sol, alcançava uma temperatura de 40° C. "Se nós adicionarmos a tinta 'supercondutora' a temperatura aumenta 70% e alcança 68° C," confirma Sandra Casillas Bolaños, do Instituto Tecnológico da Lagoa (ITL), no México.

Ela explica que a tinta funciona como uma caldeira graças a nanopartículas ativadas pela energia solar, gerando o aumento da temperatura.

Armadilha de calor

O material básico da tinta é formado por três camadas.

A primeira é uma nanopartícula magnética de titânio, responsável por aprisionar o calor. A segunda camada consiste de um revestimento de tungstênio, que os pesquisadores transformaram em um nanossal com álcool polivinílico. Finalmente, a camada mais externa é feita com cobre.

Um tratamento especial escurece o cobre, formando uma armadilha para reter o calor dentro das partículas. "Assim, o centro é aquecido mais intensamente: primeiro o titânio, em seguida, o tungstênio e, finalmente, o cobre," explica Bolaños.

Sistema de aquecimento doméstico

A tinta foi aplicada na superfície de canos convencionais usados em sistemas de aquecimento de água domésticos e foi testada para aquecer a piscina de um ginásio esportivo, onde dois milhões de metros cúbicos de água foram aquecidos de 26 para 37° C.

A tinta está em processo de patenteamento, e a equipe estima que ela poderá ser comercializada ao equivalente a US\$40 por litro, sendo necessário apenas um quarto de litro para recobrir os canos em um sistema de aquecimento doméstico, segundo Bolaños.

Suzano anuncia investimentos de R\$1,6 bi após resultado operacional melhor no 3º trimestre

13/11/2015 – Fonte: CIMM

A Suzano Papel e Celulose anunciou nesta quinta-feira (12) investimento estimado de 1,625 bilhão de reais em uma série de projetos que envolvem o aumento de sua capacidade de produção de papel e celulose nas unidades de Imperatriz, no Maranhão, e Mucuri, na Bahia, após divulgar melhora do resultado operacional no terceiro trimestre.

O Conselho de Administração da empresa aprovou investimento estimado em 1,1 bilhão de reais para ampliar sua capacidade de produção de celulose dos atuais 3,4 milhões de toneladas por ano para 3,8 milhões de toneladas, com conclusão prevista para o quarto trimestre de 2017.

Os investimentos serão realizados nas fábricas do Maranhão e da Bahia e também preveem aumento da base florestal, assim como redução do custo caixa de produção da celulose.

Um segundo projeto de investimento, de 425 milhões de reais, consiste na construção de linhas de produção de papel do segmento tissue, usado para fins sanitários, nas mesmas unidades.

A capacidade de produção será de 60 mil toneladas por ano para cada unidade, com conclusão prevista para o terceiro trimestre de 2017 no Maranhão e para o quarto trimestre de 2017 na Bahia. Hoje, a empresa tem capacidade de produção de 1,3 milhão de toneladas de papel por ano.

Por fim, outros 100 milhões de reais serão investidos na Bahia para a expansão e modernização da estação de tratamento de efluentes, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2018.

A Suzano disse que os investimentos ocorrem dentro da estratégia de expandir suas atividades para os mercados de produtos adjacentes à celulose e de maior valor agregado e foram aprovados em um momento de forte geração de caixa da companhia.

A empresa anunciou nesta quinta-feira geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado recorde de 1,476 bilhão de reais no terceiro trimestre, mais que o dobro dos 615 milhões de reais registrados um ano antes.

Analistas esperavam, em média, Ebitda ajustado de 1,338 bilhão de reais, segundo previsões compiladas pela Reuters. O desempenho melhor que o esperado ocorreu em cima do aumento do preço de lista da celulose e do papel no mercado doméstico, maior volume vendido de celulose, maior receita com exportações pela depreciação do real ante o dólar e redução da relação de despesas operacionais sobre receita líquida.

Já o resultado líquido da Suzano mostrou prejuízo de 959 milhões de reais no terceiro trimestre, salto ante o resultado líquido negativo de 362 milhões de reais no mesmo período do ano anterior.

O prejuízo maior foi resultado do efeito da variação cambial na marcação a mercado da parcela da dívida em moeda estrangeira, mas ficou um pouco abaixo do esperado pelo mercado. A previsão média de analistas apontava prejuízo de 1,042 bilhão de reais.

O resultado financeiro ficou negativo em 2,6 bilhões de reais, triplicando sobre a resultado negativo de 838 milhões de reais de julho a setembro de 2014.

A receita líquida da companhia teve expansão de 50,8 por cento, para 2,985 bilhões de reais, com as vendas de celulose avançando 3,3 por cento ante o terceiro trimestre de 2014. Já as vendas de papel recuaram 1,5 por cento.

Alcoa quer ir além das rodas e tanques

13/11/2015 – Fonte: CIMM

A Alcoa quer expandir sua fronteira e fornecer mais do que rodas e tanques de alumínio para veículos pesados.

A empresa expõe na 20ª Fenatran (até o dia 13 no Anhembi) um protótipo equipado com bem mais do que rodas e tanques de alumínio. O modelo levado ao Salão Internacional do Transporte utiliza chassi, suportes de suspensão e cardã fabricados com o metal.

“Num cavalo mecânico como este a redução de peso é de 1.135 quilos”, afirma o diretor de laminados da Alcoa, Celso Soares. A empresa já demonstrou o potencial da aplicação do alumínio nos chassis e suportes para Ford, MAN Latin America, Mercedes-Benz, Scania e Volvo.

O chassi apresentado na Fenatran foi feito em conjunto com a Metalsa e pesa 40% a menos que o equivalente de aço. A parceira Metalsa também vem negociando com fabricantes o fornecimento de um chassi para cavalos mecânicos 6x2 fabricados com aços temperados e travessas de alumínio. O modelo exibido na feira utiliza ainda uma quinta roda de alumínio forjado cujo peso é 45 quilos menor que o de uma peça convencional.

“A mudança resulta em acréscimo de menos de 5% no preço final do caminhão e o retorno do investimento é rápido”, garante o diretor de tecnologia e inovação da Metalsa, Cláudio Crivellaro. Celso Soares, da Alcoa, evitou falar em custo e reforçou a vantagem econômica pela redução de consumo de combustível e pneus.

Para os comerciais do tipo chassi-cabine a Alcoa mostra na Fenatran uma carroceria para carga seca 50% mais leve que a equivalente de aço. No confronto com a caçamba de madeira a diferença sobe para 55%. A carroceria-modelo da Alcoa é feita com perfis extrudados de alumínio.

Anfir é destaque do ano no prêmio NTC durante a Fenatran

13/11/2015 – Fonte: Automotive Business

A NTC&Logística homenageou doze empresas na 18ª edição do Prêmio NTC Fornecedores do Transporte realizado na quinta-feira, 12, penúltimo dia da Fenatran. Empresas ligadas ao setor de transporte rodoviários de cargas foram premiadas em 13 categorias, além do destaque do ano, que ficou com a Anfir, Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários.

“A NTC é a casa do nosso cliente e eu fico muito feliz com essa homenagem”, disse Alcides Braga, presidente da Anfir ao receber o prêmio.

“A Fenatran 2015 pode não ser a maior das vinte edições da feira, mas será lembrada como a feira da garra, da parceria e da união, uma amostra da força que tem o transporte rodoviário de cargas”, disse o presidente da NTC&Logística, José Hélio Fernandes durante a cerimônia de entrega do prêmio.

Entre os vencedores, a Randon recebeu troféus em duas categorias, na de melhor marca de 2015 e como fabricante de carrocerias e implementos. A Mercedes-Benz, que neste ano não participou da feira, também foi laureada com dois reconhecimentos, nas categorias montadora de caminhões médios e pesados e também na categoria de veículos semileves e leves. Já na categoria rede de distribuidora de combustível houve empate entre a Petrobras e a Ipiranga.

Confira abaixo os vencedores das 13 categorias do Prêmio NTC Fornecedores do Transporte:

Melhor Marca de 2015: Randon

Montadora de Veículos Semileves e leves: Mercedes-Benz

Montadora de Caminhões Médios e Semipesados: Mercedes-Benz

Montadora de Caminhões Pesados: Scania

Fabricante de Carrocerias e Implementos: Randon

Rastreador Eletrônico: Autotrac

Rede Distribuidora de Combustível: Petrobras e Ipiranga

Fabricante de Pneus: Michelin

Fabricante de Banda de Rodagem e Tecnologia para Recuperação de Pneus:

Bridgestone Bandag

Meio de Pagamento Eletrônico de Frete: RoadCard Pamcary

Corretora de Seguros de Carga: Pamcary

Concessionária de Rodovias: CCR Autoban

Software para Transportes: Totvs.

Autopeças brasileiras apresentarão produtos no México

13/11/2015 – Fonte: CIMM

A partir do programa Brasil Auto Parts – Trusted Partners, uma parceria do Sindipeças com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), vinte e uma empresas brasileiras fabricantes de autopeças poderão apresentar seus produtos na Expotransporte Anpact, feira do setor no México, que será realizada de 18 a 20 de novembro no Expo Guadalajara.

Para Antônio Carlos Bento de Souza, conselheiro do Sindipeças e responsável pelo programa Brasil Auto Parts, a desvalorização cambial tem ajudado as empresas do setor de autopeças no Brasil a ganhar espaço no mercado internacional, aumentando a suas receitas com as vendas ao exterior.

As empresas que apresentarão seus produtos são Arca, Bins, Borflex, Chiptronic, Cinpal, Frum, G. Busch, HDS Mecpar, K Parts, KSPG, Luciflex, Masterpower, Max Gear, Nakata, Reserplastic, Rivertec, Schadek, Suporte Rei, Tecfil, Urba-Brosol e Vannucci. Elas ficarão no estande J0556 no pavilhão Salón Jalisco.

Em 2014, o mercado mexicano ocupou o terceiro lugar no ranking de compras de autopeças brasileiras, cujos embarques somaram US\$ 753 milhões.

Saint-Gobain aposta em novos projetos para superar crise

13/11/2015 – Fonte: Automotive Business

O impacto do fraco desempenho da economia sobre o nível de confiança do empresário e do consumidor não deve abalar os planos estratégicos da **Saint-Gobain**, cujas divisões **Sekurit** e **Plásticos de Alta Performance** atuam fortemente no setor automotivo, a primeira com a produção de vidros exclusivamente para o setor e isolamento de cabine e a segunda com a fabricação de componentes.

“Mesmo com este cenário de incertezas, no qual ainda não temos horizontes para projetar um desempenho mais otimista, temos como característica uma companhia inovadora em não abrir mão do desenvolvimento a fim de oferecer produtos diferenciais que atendam as necessidades dos nossos clientes”, afirma José Luiz Redondo, diretor geral da Saint-Gobain Sekurit no Brasil.

O executivo lembra que no último ciclo de investimento, entre 2011 e 2012, o foco era aumento da capacidade produtiva no País, onde a divisão possui seis fábricas dedicadas: Mauá e São Caetano do Sul (SP), respectivamente unidades de transformação (produção de vidros) e pesquisa e tecnologia, além de unidades modulares próximas a montadoras em Gravataí (RS), Betim (MG), Sumaré (SP) e mais recentemente em Goiana. Neste ano, o foco dos investimentos, mais pontuais e menores, segundo ele, são para aumentar a produtividade.

O diretor conta que mesmo que o mercado tenha diminuído o ritmo de toda a cadeia da indústria automotiva, há movimentos que apontam para novas tendências de consumo, o que para ele se apresentam como oportunidades de negócio, caso da perda cada vez maior da participação de mercado de carros populares pouco ou nada equipados com componentes de conforto, por exemplo. “O Brasil ainda não está no nível de mercados

mais maduros que entregam um produto mais completo, mas é um fator que está chegando aos poucos, embora o custo ainda seja preponderante”, observa.

Nos últimos anos, a divisão tem focado seu desenvolvimento local na inovação de produtos como vidros de para-brisas mais finos e eficientes ou mesmo vidros diferenciados para teto solar ou ainda em equipamentos de conforto na área de isolamento acústico e térmico dos habitáculos, cujos níveis de exigência só aumentam para novos projetos de veículos globais e que também tem o Brasil ou outros mercados da América Latina como rota.

Para 2016, as operações na região passarão a contar com uma nova fábrica de vidros na Argentina, na província de Campana, próxima a Buenos Aires, cuja inauguração está prevista para o fim de janeiro. A nova operação ajudará a elevar os níveis de nacionalização exigidos pelo governo local.

Ainda assim, a produção total da divisão na região não deve crescer significativamente, uma vez que a empresa projeta um 2016 parecido com 2015 em termos de volumes. “Não vemos um crescimento a curto prazo”, lamenta Redondo, embora ele admita que a empresa já prospecta novos clientes para quem sabe começar a fornecer já no próximo ano.

Já a divisão de plásticos de alta performance, que dedica um terço dos negócios ao setor automotivo, não espera queda dos volumes em 2016 a partir de dois fatores: pelos clientes que apresentaram desempenho positivo no mercado e para novos clientes, caso da Jeep, cujo fornecimento será maior a partir do próximo ano. A empresa fornece mancais e buchas auto lubrificantes para assentos e dobradiças de portas e porta-malas.

“Estamos desenvolvendo com os clientes atuais novas soluções para nacionalizar componentes. Muitos assentos e dobradiças são importadas e com aumento do dólar começa a ficar vantajoso utilizar nossas soluções locais. É também aí que deveremos ganhar volumes de produção e novos clientes”, revela Juliano Ohta, diretor geral da divisão de plásticos de alta performance.

Neste ano, as duas fábricas da divisão localizadas em Vinhedo e Sumaré, ambas em São Paulo, sofreram ajustes de produção com adoção de férias coletivas e realocação de funcionários para outras linhas mais produtivas evitando demissões.

“As operações foram fortemente impactadas pela queda das atividades de grandes montadoras, como Fiat e Volkswagen, que naturalmente demandam maior volume. Apesar disso, como somos especializados, não perdemos market share, uma vez que também trabalhamos com clientes que tiveram melhor desempenho no mercado, como Toyota e Honda, compensando parte da queda”, afirma Ohta.

Porsche pretende fazer do Brasil seu maior mercado na América Latina

13/11/2015 – Fonte: Automotive Business



A Porsche decidiu fortalecer a presença no mercado brasileiro com subsidiária local. A operação é uma joint venture entre a empresa, que detém 75% do controle do negócio, e a Stuttgart Sportcar, até então importadora exclusiva dos carros da marca. Com a

unidade, a companhia pretende fazer com que o Brasil volte a ser seu principal mercado na América Latina, posição perdida recentemente para o México.

“Em 2013 tivemos recorde de vendas nacionais com 1.039 carros, mas os volumes diminuíram desde então”, conta Heinz Moreira, diretor de vendas da operação local. A meta está distante para este ano. De janeiro a outubro a companhia negociou 597 carros no País, uma unidade a mais do que no mesmo período de 2014.

O executivo prefere não projetar quando isso irá acontecer, mas confirma a expectativa de que 2016 traga boas oportunidades para a Porsche. “O mercado brasileiro tem potencial.

Já devemos crescer a partir do ano que vem”, determina. Um dos pilares para o avanço da companhia no Brasil é a ampliação do portfólio de produtos. Com o recente anúncio de redução do Imposto de Importação para carros eletrificados, a empresa confirma a intenção de vender localmente a versão híbrida do Cayenne. “A chance é grande”, diz o executivo.

PRESEÇA LOCAL

Os estudos para a implementação da subsidiária da Porsche no Brasil começaram há cerca de três anos, quando o cenário do mercado nacional de veículos era bem mais promissor. A decisão foi tomada no fim de 2014 e, em agosto deste ano, a operação local da empresa fez a importação do primeiro veículo: um 911 GT 3.

“O momento econômico e político é difícil, mas ainda há oportunidades. Todos acreditam no potencial do País no médio prazo”, enfatiza o diretor executivo Matthias Brück.

A subsidiária é a primeira da companhia na América Latina e a 18ª da Porsche no mundo. Até o fim do ano a unidade terá 26 funcionários, número que saltará para 30 pessoas em 2016. Segundo Brück, além do mercado importante, o Brasil tem como atrativo os clientes fiéis e apaixonados pela marca. O executivo destaca que outro fator positivo foi a presença robusta que a empresa já tinha localmente por causa do trabalho feito pela Stuttgart Sportcar.

O Brasil também apoia a estratégia global de crescimento da Porsche, servindo como a base da marca na América Latina. Nos últimos cinco anos a empresa duplicou suas vendas anuais no mundo.

Só entre janeiro e outubro de 2015 a companhia entregou 191,7 mil veículos, cerca de um quarto deste volume foi para o mercado chinês. Estados Unidos e Alemanha aparecem em seguida na lista dos países com maior demanda por modelos da marca.

Ao se estabelecer no Brasil, a Porsche pretende fortalecer o interesse pela marca e se aproximar ainda mais dos clientes, do mercado e de sua rede de concessionárias. Hoje são sete casas espalhadas pelo Brasil: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Ribeirão Preto (SP), São José do Rio Preto (SP) e Brasília (DF).

Há intenção clara de aumentar a cobertura do território nacional, apesar de a empresa não confirmar para quais regiões pretende crescer. “Estamos estudando e devemos definir em 2016”, afirma Moreira.

Faturamento das autopeças recua 13,3%

13/11/2015 – Fonte: Automotive Business

O faturamento do setor de autopeças no acumulado de janeiro a setembro foi 13,3% inferior ao registrado em iguais meses de 2014. As vendas às montadoras e

intra-setoriais (de um fabricante para outro) caíram, respectivamente, 23,8% e 25%. As exportações cresceram 19,5% em reais. No entanto, se o valor for convertido em dólares, terão caído 13,4%. O segmento da reposição teve alta de 5% no período.

As informações são do Sindipeças, que representa as empresas do setor, e foram elaboradas a partir de dados de 64 associadas, que representam 28% do faturamento total.

O fornecimento às montadoras respondeu em setembro deste ano por 57,9%, um recuo de quase dez pontos percentuais ante o mesmo mês do ano passado. Nessa mesma comparação as exportações avançaram sete pontos e anotaram 22% do faturamento em setembro.

O emprego nacional no setor recuou 11,6% no acumulado de janeiro a setembro na comparação com o mesmo período de 2014. A capacidade ociosa dos fabricantes de autopeças subiu 4,6 pontos percentuais no período. E desde dezembro de 2014 ela está acima de 30%. Em setembro registrou 37,6%.

Prejuízo da CSN dobra e vai a R\$532,6 mi no 3º trimestre

13/11/2015 – Fonte: R7

A Companhia Siderúrgica Nacional teve prejuízo líquido de 532,6 milhões de reais no terceiro trimestre, mais que o dobro do resultado negativo sofrido no mesmo período do ano passado e pressionado por variação cambial além de quedas nas vendas de aço e minério de ferro.

A empresa teve geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 853 milhões de reais para o período de julho a setembro, uma queda anual de 13 por cento.

Analistas esperavam, em média, prejuízo de 709 milhões de reais para a CSN no terceiro trimestre e Ebitda de 807 milhões.

O resultado da companhia veio depois que a Usiminas anunciou Ebitda ajustado negativo de 65 milhões de reais para o terceiro trimestre e prejuízo líquido de 1,04 bilhão de reais.

A CSN teve queda de vendas de aço de 7 por cento no terceiro trimestre, pressionada por recuo nas vendas no mercado brasileiro, mas contida por expansão da participação das vendas em subsidiárias no exterior, que cresceu de 25 para 39 por cento no total do volume vendido de 1,191 milhão de toneladas. Já as vendas de minério de ferro caíram 2 por cento, a 7,585 milhões de toneladas.

A empresa informou um resultado financeiro negativo de 1,549 bilhão de reais para o terceiro trimestre ante dados também negativo reportado no ano passado de 944 milhões de reais.

O nível de endividamento da empresa, um dos principais pontos de atenção do mercado e que tem obrigado a CSN a estudar venda de ativos como terminal de contêineres no Rio de Janeiro, voltou a subir, chegando a 6,6 vezes o resultado da dívida líquida sobre Ebitda ao final de setembro. Em junho, a relação era de 5,6 vezes e em setembro do ano passado, de 3,2 vezes.

A CSN terminou o terceiro trimestre com dívida líquida ajustada de 23,4 bilhões de reais, um incremento de 33 por cento sobre o mesmo período de 2014. Já o caixa subiu 1 por cento, a 12,2 bilhões.

Governo reabre inscrição de programa do BNDES que financia investimento

13/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O governo decidiu reabrir o prazo para adesão ao PSI (Programa de Sustentação do Investimento), um conjunto de linhas de financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que foi criado em 2009 para incentivar empresas e evitar uma recessão.

Agora, as contratações via PSI poderão ser solicitadas até o dia 27 de novembro. O prazo anterior para contratação do PSI havia expirado em 30 de outubro, mas a pressão de empresários que queriam uma extensão para novas contratações surtiu efeito.

A decisão foi tomada ontem, em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional, iniciada após às 21 horas, e divulgada nesta sexta-feira (13). Na última reunião ordinária do Conselho, havia sido aprovada uma resolução reduzindo para R\$ 19,5 bilhões o teto para operações do PSI. Originalmente, o programa tinha margem para contratação de até R\$ 50 bilhões. Esses valores não foram alterados.

Com a redução do limite, o governo pode diminuir a estimativa de quanto teria que desembolsar para cobrir as diferenças com essas concessões do BNDES, que possuem taxas de financiamento mais baratas que as disponíveis no mercado.

O governo também fez pequenos ajustes nos limites que podem ser contratados pelos empresários interessados no PSI. Para a linha de exportação de bens de capital, o limite de contratações por empresa passa de R\$ 25 milhões para R\$ 30 milhões.

Já a opção para crédito para inovação de grandes empresas sofreu um corte de R\$ 7 milhões no limite por empresa. Quem optar por essa linha de financiamento poderá contratar até R\$ 445 milhões.

O Conselho também decidiu retomar a opção de crédito voltado a máquinas e equipamentos eficientes. Esse tipo de financiamento havia sido extinto no mês passado, quando o governo reduziu o teto do programa. O limite nessa operação é de R\$ 2 milhões.

Regras de ICMS sobre e-commerce preocupa

13/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

A menos de dois meses para entrar em vigor a repartição do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no comércio eletrônico, especialistas destacam que não existem condições práticas para que os contribuintes façam o recolhimento.

O sócio do Salusse Marangoni Advogados, Eduardo Perez Salusse, conta que apenas agora a regulamentação da Emenda Constitucional 87/2015, que instituiu a repartição do ICMS, começou a aparecer. "O problema não é nem a preparação no plano financeiro, mas no operacional. Leva tempo para parametrizar um sistema [tecnológico] de gestão", diz.

Além de ter que recolher o ICMS duas vezes, uma para o Estado de origem e outra para o de destino, a partir de 1º de janeiro as empresas de comércio eletrônico terão que se adaptar às regulamentações elaboradas por cada um dos 27 estados. São Paulo, Bahia, Paraná e Pernambuco já publicaram leis nesse sentido, comenta Salusse, destacando que as normas legais começaram a ser publicadas diariamente.

Uma opção para reduzir o volume de regras às quais as empresas precisam se adaptar

seria a regulamentação da emenda por meio de Lei Complementar, de uma vez só, em nível federal. Na visão dele, isso ajudaria a diminuir as possíveis divergências na interpretação das lacunas deixadas pela redação emenda.

Segundo Salusse, um exemplo de dúvida é o que o Legislativo quis dizer com a palavra "destino", que pode tanto ser interpretada como o local onde o comprador reside, quanto o endereço de entrega da mercadoria. Se os endereços (venda e compra) são em estados diferentes, os governos podem entrar em conflito pela parcela do ICMS, explica.

Substituição tributária

O professor e advogado José Eduardo Soares de Melo observa que o acúmulo de créditos com a substituição tributária - sistema em que um contribuinte assume a responsabilidade de outro no recolhimento de imposto também preocupa os tributaristas. Ele explica que é isso que ocorre, por exemplo, com as montadoras e revendedoras de veículos.

A primeira fatia do ICMS incide sobre o valor pelo qual a fábrica vende o carro à concessionária. Além de pagar os 18% sobre o valor do veículo, a montadora já faz uma previsão do preço de venda do carro para o consumidor final e paga outros 18% no chamado ICMS-ST, devido pela substituição tributária, sobre a diferença do preço.

"Essa margem, chamada de Margem de Valor Acrescido, ou MVA, também é objeto de tributação", destaca o professor

O problema, conforme Salusse, é que se antes a alíquota de 18% era a mesma, tanto para o valor do veículo na fábrica quanto para a margem obtida pela concessionária, com a emenda do comércio eletrônico ela pode variar. Se uma montadora paulista vendesse um carro para Minas Gerais, por exemplo, aquela alíquota da margem da concessionária seria repartida: 12% ficariam em São Paulo, e outros 5% iriam para o estado vizinho.

No entanto, como o ICMS-ST é pago antes de a venda ocorrer, ressalta Salusse, o contribuinte já teria pago os 18% ao Estado de São Paulo, em vez de pagar apenas 12% e o restante para a Fazenda de Minas Gerais. Para corrigir o erro, o contribuinte vai ganhar créditos tributários.

"Isso vai agravar a situação que estamos vivendo, vai obrigar as empresas que estão sem capital de giro a recorrer empréstimos por causa de impostos", destaca Salusse.

Brasil não está afundando e futuro será formidável, diz Bill Clinton

13/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, conclamou participantes de evento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) nesta quinta-feira (12) a ter confiança no futuro do Brasil e a se concentrar nas "forças positivas" do país no momento atual de crise, como a Folha antecipou.

Em palestra no Enai (Encontro Nacional da Indústria), Clinton afirmou que o Brasil atravessa um momento conturbado, mas é um dos países mais bem posicionados para se desenvolver no longo prazo.

"Seu povo, seus recursos e seu histórico de obter avanços, não só econômicos mas sociais, farão vocês atravessarem esse momento difícil", afirmou Clinton. "O navio do Brasil não está afundando e o futuro será formidável."

Ele frisou a importância de lembrar das "incríveis mudanças" que o Brasil sofreu nos últimos 25 anos. Como exemplo, citou a queda da desigualdade, a redução do desmatamento da floresta Amazônica e a diversificação da economia.

A crise política que o país atravessa também tem efeitos benéficos, como o aumento da transparência, disse o ex-presidente dos EUA.

Segundo ele, considerando o elevado grau de interdependência dos países, a recuperação e o sucesso do Brasil é de interesse do mundo, e dos Estados Unidos em particular.

Em nível global, Clinton citou como os grandes desafios enfrentados hoje os padrões desiguais de crescimento, as preocupações com as mudanças climáticas e o surgimento de grupos como o Estado Islâmico, que ele classificou de "a mais bem sucedida ONG negativa".

Usiminas precisa reduzir porte para enfrentar recessão, diz presidente

13/11/2015 – Fonte: R7

A Usiminas precisa reduzir a escala de suas operações, vender ativos e refinar dívida para lidar com a recessão brasileira e a queda nos preços do aço no exterior, afirmou o presidente-executivo da siderúrgica, Rômelo de Souza, nesta quinta-feira.

A demanda por produtos de aço plano caiu por mais de 25 por cento em base anual, com o Brasil entrando na sua mais profunda recessão em 25 anos, observou Souza durante uma apresentação a analistas em São Paulo.

Ao mesmo tempo, as margens nas exportações se estreitaram consideravelmente, na medida em que os preços de aço plano caíram mais rapidamente do que os de matérias-primas como minério de ferro e carvão, disse ele.

"Estamos perdendo competitividade. Cada dia que passa fica mais difícil", disse o executivo durante reunião com analistas e investidores. "A única solução é adequar o tamanho da empresa."

A Usiminas divulgou no final de outubro o quinto prejuízo trimestral consecutivo e anunciou parada na produção de aço na usina de Cubatão juntamente com a demissão de 4 mil trabalhadores da unidade. Segundo o presidente da companhia, as demissões vão ser efetivadas em janeiro do próximo ano.

Apesar do forte aumento do endividamento da empresa, o vice-presidente financeiro, Ronald Seckelmann, disse que a empresa não está considerando fazer um aumento de capital neste momento.

"Esta seria a última medida, que ainda não está na mesa", afirmou o executivo durante a reunião.

As ações da Usiminas fecharam em queda 0,36 por cento nesta quinta-feira, enquanto o Ibovespa recuou 0,39 por cento.

Em relatório, analistas do Credit Suisse afirmaram que os executivos da Usiminas não forneceram informações suficientes para alterar a avaliação negativa sobre a empresa. Enquanto isso, analistas do BTG Pactual afirmaram que há pouca visibilidade sobre os impactos do plano de recuperação da empresa.

"Temos dificuldade em visualizar como estes passos (parada de produção de aço em Cubatão) vão alterar o preocupante ritmo de consumo de caixa e, infelizmente, com a demanda doméstica por aço se contraindo cerca de 10 por cento em 2016 (...) vai ser difícil levar o Ebitda de volta a território positivo", afirmaram eles.

A Usiminas terminou o terceiro trimestre com Ebitda ajustado, ou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, negativo em 65 milhões de reais.

"A disputa entre os acionistas controladores complica as coisas ainda mais em meio a uma das mais severas crises em muitos anos", acrescentaram os analistas do BTG.

Desde o final de setembro, a Usiminas enfrenta uma disputa de poder entre os grupos controladores Nippon Steel e Ternium, que acabou envolvendo a saída do presidente-executivo Julián Eguren e outros altos executivos indicados pela Ternium. O último resultado positivo da Usiminas ocorreu no segundo trimestre do ano passado, antes da troca do comando da companhia.

Na quarta-feira, protesto promovido por sindicato de metalúrgicos da empresa em Cubatão contra as demissões foi interrompido com a chamada da Polícia Militar, que usou bombas de gás para dispersar manifestantes.

O presidente da Usiminas afirmou na reunião com investidores que a empresa já iniciou negociações com bancos para refinar dívida, mas não deu detalhes sobre as discussões.

Os principais credores da Usiminas são os bancos Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, BNDES e Japan Bank for International Cooperation.

Empresas terão mais duas semanas para empréstimo com juro subsidiado

13/11/2015 – Fonte: G1

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em reunião extraordinária, a prorrogação do prazo para solicitar pedidos de contratação de empréstimos dentro do chamado Programa de Sustentação do Investimento (PSI), informou o Ministério da Fazenda nesta sexta-feira (13).

O PSI é operacionalizado por meio de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conta com juros subsidiados pela Secretaria do Tesouro Nacional para os investimentos do setor produtivo.

De acordo com as regras fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, o prazo para protocolar os pedidos de empréstimos no BNDES, que havia se encerrado no último dia 30 de outubro, passou para 27 de novembro de 2015. Com isso, as linhas de crédito poderão ser buscadas por mais duas semanas. O prazo para contratação permanece em 31 de dezembro de 2015.

De acordo com o governo, não houve alteração, porém, dos limites de contratação, que foram reduzidos em R\$ 30,5 bilhões no mês passado. Com a redução autorizada anteriormente, o limite global de contratação do PSI recuou para R\$ 19,5 bilhões.

A medida, segundo o governo, serve para adaptar os limites de crédito do PSI ao ritmo de contratações, que teve redução após o aumento das taxas de juros anunciado no fim do ano passado.

Essa redução não deverá ter impacto negativo relevante sobre o programa, visto a contratação de financiamentos pelo BNDES ter alcançado apenas R\$ 6,8 bilhões até o final de setembro de 2015, segundo informações do Banco, informou o Ministério da Fazenda em outubro.

Uma fonte do governo informou que esta é mais uma medida de "reequilíbrio da economia", em um momento de ajuste das contas públicas. A previsão é de que haja uma queda no pagamento de subvenções, com esse limite menor, escalonado ao longo de "vários anos" - com respectivo impacto nas contas públicas.

Taxas de juros maiores desde o início de 2015

Desde o início deste ano, as taxas de juros das linhas do PSI subiram. Para aquisição de ônibus e caminhões, a taxa passou de 6%, no ano passado, para 9,5% ao ano para pequenas empresas e para 10% ao ano para grandes empresas. A linha Procaminhoneiro, por sua vez, teve a taxa elevada de 6% para 9% ao ano.

Para aquisição de bens de capital para as empresas (incluindo as linhas "demais itens", "rural", "exportação" e "tecnologia nacional"), que são basicamente máquinas e equipamentos para produção, as taxas, que variavam de 4% a 8% ao ano, subiram para um patamar de 6,5% até 11% ao ano. No caso da linha para cerealistas, os juros avançaram, em 2015, para 9% a 10% ao ano - contra um patamar de 4,5% a 6% ao ano em 2014.

A linha Finame Componentes, por sua vez, teve a taxa de juros elevada de 4% ao ano para 6,5% a 7% ao ano em 2015, enquanto que a linha de crédito do PSI para "Projetos Transformadores", teve os juros aumentados de também 4% para 6,5% a 7% ao ano. As linhas para inovação e para máquinas e equipamentos eficientes também tiveram juros majorados de 4% para 6,5% a 7% ao ano.

"Não há alteração nas taxas de juros aplicadas a cada subprograma. Elas se mantêm fixas ao longo do contrato, cabendo ao Tesouro Nacional ressarcir ao BNDES e à FINEP a diferença entre as taxas contratadas com os tomadores desses recursos e o custo de financiamento do BNDES e FINEP, como TJLP mais os prêmios de risco e gestão cobrados.

O valor da equalização determinada pelos empréstimos concedidos no âmbito do PSI continuará a ser pago pelo Tesouro Nacional até o fim do último contrato, programado para 2050", informou o Ministério da Fazenda.

Deputados que vão investigar barragem receberam R\$ 1,5 milhão de doações de mineradoras

13/11/2015 – Fonte:R7

Bento Rodrigues foi varrido do mapa; seis mortes estão confirmadas, três corpos aguardam identificação e 19 pessoas continuam desaparecidas Antônio Cruz / Agência Brasil

A investigação paralela da Assembleia Legislativa sobre o maior desastre ambiental de Minas, o rompimento de duas barragens da Samarco em Mariana, na região central do Estado, pode esbarrar no lobby das mineradoras.

Entre os 20 parlamentares titulares e suplentes que vão apurar o desastre, 17 declararam doações de mineradoras nas eleições do ano passado que totalizam R\$ 1.577.532 em recursos diretos ou indiretos, segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Um milhão e

meio de reais para investigadores da tragédia que pode alterar a legislação do setor no Brasil.

Os deputados já desistiram da criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que foi cogitada após o rompimento, e formaram a Comissão Extraordinária das Barragens, com menor poder de decisão - que não pode quebrar sigilo nem obrigar o comparecimento de investigados.

Entre os integrantes da comissão estão o petista Paulo Lamac, que engordou o caixa com R\$ 572 mil declarados de mineradoras, Gustavo Corrêa (DEM), com R\$ 240 mil, Gil Pereira (PP), com R\$ 180 mil, Wander Borges (PSB), que ganhou R\$ 164 mil, e João Vitor Xavier (PSDB), que viu o saldo da campanha crescer R\$ 81 mil com a ajuda do setor. Dez colegas, no entanto, receberam menos de R\$ 3.000 .

Somente Iran Barbosa (PMDB), Inácio Franco (PV) e Glycon Franco (PTN) não receberam recursos diretos ou indiretos (via partido) do setor em 2014 - os três são suplentes da Comissão.

O secretário de Meio Ambiente de Minas, Sávio Souza Cruz, responsável pela pasta que autoriza a operação das mineradoras, renova as licenças e tem a função de multar empresas, foi contemplado com R\$ 270,8 mil destas corporações na campanha para deputado estadual no ano passado.

A Vale, controladora de 50% da Samarco, doou diretamente ou via comitê nacional R\$ 1,5 milhão ao governador de Minas, Fernando Pimentel. O petista foi alvo de críticas na última semana por ter escolhido a sede da corporação em Mariana para dar uma coletiva à imprensa.

Deputados não veem conflito de interesses

Gustavo Correa (DEM), que integra a Comissão Extraordinária de Barragens, lidera a lista de membros efetivos agraciados com doações de mineradoras - R\$ 240,3 mil Ele afirma que suas doações "foram integralmente legais e realizadas de forma transparente, de acordo com a legislação eleitoral" e que os trabalhos da comissão "serão realizados com total isenção e lisura, com o compromisso de apurar as causas do rompimento dessas barragens e cuidar para que novos tragédias não venham a ocorrer".

Filho de ex-prefeito de Mariana, o deputado Thiago Cota (PPS), que recebeu R\$ 111,6 mil, pontua que foi escolhido para a comissão por ser da cidade e que "empresas que contribuíram com a minha campanha são sérias e idôneas". Em nota enviada ao **R7**, justificou que "o fato da tragédia envolver uma mineradora não a absolve de receber todas as cobranças e investigações" e cobrou providências:

— É preciso ações da Samarco e do Governo para amparar essas famílias [atingidas] de forma justa e correta. Como membro desta Comissão, vou trabalhar por esse objetivo de forma clara e intensa.

A reportagem levantou que as empresas mais generosas aos caixas das campanhas dos mineiros foram Anglogold, MBR (Minerações Brasileiras Reunidas), CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), Mineração Esperança, Phoenix Mineração e Mineração Corumbaense Reunida.

Doações da Vale

Na condição de uma das maiores corporações do Brasil, a Vale abraçou as principais campanhas à presidência em 2014. Foram R\$ 2,5 milhões registrados em doações ao TSE por Dilma Rousseff (PT) e R\$ 2,9 milhões por Aécio Neves (PSDB).

Nesta quinta-feira (12), Dilma anunciou que o Ibama vai multar de forma "preliminar" a Samarco em R\$ 250 milhões pelos danos ambientais provocados em Mariana e no rio

Doce. A ministra do Meio Ambiente Izabela Teixeira prometeu que não haverá "flexibilização" nas sanções.

A Vale informou que, como a reportagem entrou em contato no início da noite, só poderia responder às questões nesta sexta-feira (13).

Deputados estaduais de Minas que vão integrar a Comissão Extraordinária das Barragens e doações de mineradoras:

Paulo Lamac (PT) - R\$ 572,8 mil - suplente
Gustavo Corrêa (DEM) - R\$ 239,9 mil - efetivo
Gil Pereira (PP) - R\$ 180 mil - efetivo
Wander Borges (PSB) - R\$ 164 mil - suplente
Thiago Cota (PPS) - R\$ 111 mil - efetivo
Ione Pinheiro (DEM) - R\$ 82,7 mil - suplente
João Vitor Xavier (PSDB) - R\$ 81,2 mil - suplente
Marília Campos (PT) - R\$ 80 mil - suplente
João Magalhães (PMDB) - R\$ 50 mil - efetivo
Agostinho Patrus (PV) - R\$ 2.937 - efetivo
Dr. Jean Freire (PT) - R\$ 2.910 - suplente
Tito Torres (PSDB) - R\$ 2.556 - suplente
Gustavo Valadares (PSDB) - R\$ 1.670 - efetivo
Bonifácio Andrada (PSDB) - R\$ 1.351 - efetivo
Rogério Correia (PT) - R\$ 1.005 - efetivo
Rosângela Reis (PROS) - R\$ 973 - suplente
Cássio Soares (PSD) - R\$ 478 - efetivo
Celise Laviola (PMDB) - R\$ 165 - efetivo
Celinho do Sinttrocel (PCdoB) - R\$ 7 - efetivo
Iran Barbosa (PMDB) - Não - suplente
Glycon Franco (PTN) - Não - suplente
Inácio Franco (PV) - Não - suplente

Novo presidente da Alacero defende proteção para o aço

13/11/2015 – Fonte: Estado de S. Paulo



Indicado nesta quarta-feira como o novo presidente da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero), o presidente da ArcelorMittal Aços Longos para Américas Central e do Sul, Jefferson de Paula, defendeu que a agenda do setor na região se mantenha focada em combater a concorrência desleal da China e o baixo crescimento da indústria. No caso do Brasil, que tem os piores indicadores de consumo aparente da região, o executivo defendeu que o governo adote medidas de proteção.

"Sou a favor do livre comércio, mas o momento é de tomar medidas contra o comércio desleal. O governo tem que agir para proteger o setor momentaneamente", disse a jornalistas no 56º Congresso da Alacero, em Buenos Aires, Argentina, onde foi oficialmente indicado ao posto no lugar de Martin Berardi, diretor-geral da Ternium Siderar. No ano que vem o encontro será no Rio de Janeiro.

A América Latina é um dos principais mercados do aço brasileiro no exterior e o País vem perdendo mercado diante do avanço das exportações de produtos siderúrgicos chineses, que duplicou nos últimos dois anos.

A situação tende a piorar com a perspectiva do Produto Interno Bruto (PIB) da China crescer abaixo dos 7% em 2015 e 2016, o que significa menor consumo doméstico e uma maior agressividade nas exportações.

As perspectivas mais negativas divulgadas pelo Alacero para o desempenho do setor no Brasil, são, na visão de Jefferson de Paula, um reflexo mais dos problemas políticos que o País atravessa do que econômicos.

"O maior problema do País hoje é a falta de confiança no futuro. A economia é movida a expectativas. Sem confiança, as empresas param de investir e as pessoas de comprar. Da queda de 3% do PIB (esperada para 2015) metade vem da indefinição política", disse.

O presidente da ArcelorMittal Aços Longos avalia que 2016 ainda será um ano muito duro. A companhia trabalha com uma previsão de queda de 1,4% do crescimento do País em 2016. "Será um ano ruim em cima de outro muito ruim", diz.

Esse cenário reforçaria o discurso de proteção à indústria, com medidas como a recomposição do Reintegra, regime de compensação tributária cuja alíquota foi derrubada a 0,1%. Para de Paula, ela deveria chegar a 10% para estimular a competitividade.

Queda. A produção da ArcelorMittal Aços Longos no Brasil ficará 400 mil toneladas menor em 2015, informou Jefferson de Paula. Diante da retração da demanda, a empresa adotou paradas e a redução do ritmo de atividade de alguns equipamentos nas unidades de Piracicaba (SP) e Cariacica (ES).

"Estamos nos adequando ao tamanho do mercado", explicou na entrevista após da Alacero. Paralisado em agosto, um dos laminadores da planta de Piracicaba continuará desativado pelo menos até janeiro, esclareceu o executivo.

O mesmo vale para o lay off (suspensão de contratos de trabalho) de 150 funcionários da unidade. Mais cedo, o CEO da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Baptista, informara que as operações haviam sido retomadas.

Com isso, a unidade paulista deverá produzir 600 mil toneladas no ano, o equivalente a 60% de sua capacidade instalada. Já em Cariacica a companhia encolheu a operação do laminador e da aciaria, diminuindo em 150 mil toneladas sua produção.

Cobre cai com perspectiva de alta de juros nos EUA e demanda chinesa mais fraca

13/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre operam em baixa em Londres e Nova York, em meio a preocupações sobre a possibilidade de alta de juros nos EUA e demanda mais fraca da China, o maior consumidor mundial de metais básicos.

Por volta das 8h40 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) caía 0,29%, a US\$ 4.827,00 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para dezembro recuava 0,41%, a US\$ 2,1640 por libra-peso, às 8h51 (de Brasília).

Nos últimos dias, cresceu a especulação de que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) deverá anunciar em dezembro sua primeira alta de juros em quase uma década,

diante de sinais de melhora na economia norte-americana, em especial no mercado de trabalho.

Os últimos indicadores da China, por sua vez, foram majoritariamente negativos, com o potencial de comprometer a demanda do gigante asiático por metais mais adiante.

Segundo analistas, o quadro econômico mais amplo tem conduzido os preços do cobre, em vez de fatores subjacentes.

"Os micro indicadores têm sido positivos, em sua maioria: os estoques caíram, as importações chinesas têm sido bem fortes... então, é possível argumentar (que a queda do cobre) tem a ver com o cenário macro", comentou o diretor de pesquisa de metais e de estratégia do Citigroup, David Wilson.

Artigo: O erro essencial

13/11/2015 – Fonte: Carta Capital

Olhado de perto, todo regime político consiste em uma minoria bem organizada que controla uma maioria desorganizada e paciente, até o momento em que esta se sinta abusada. A história mostra que a tendência ao abuso e, com o tempo, ao abuso absoluto parece tão inevitável quanto a do aumento da entropia no mundo físico.

A ampliação da democracia que empodera crescentemente os cidadãos pelo sufrágio cada vez mais universal foi a forma "civilizada" que os homens inventaram para substituir, com o menor atrito possível, a minoria bem organizada (o poder incumbente) em períodos bem definidos com eleições secretas, livres e abertas.

Como os homens são suscetíveis à manipulação psicológica e à publicidade enganosa e, ainda, porque é impossível o controle da "vantagem inicial" do poder já instalado, a reeleição, quando admitida, deve ser muito bem regulada.

Hoje estamos diante de uma das graves consequências do nosso mecanismo de reeleição sem nenhum controle social. Ele permitiu ao governo utilizar todo o seu poder no cargo, sem que houvesse qualquer restrição ao seu objetivo: continuar governo!

A campanha eleitoral foi terrível. Basta comparar os resultados de 2013 com os de 2014, quando os efeitos da política voluntarista que reduzia o crescimento já eram claramente visíveis. Em 2013, o PIB cresceu 2,7%.

A taxa de inflação permaneceu constante (5,8%), e a dívida bruta/PIB caiu de 54,8% para 53,3%. Permaneciam as incertezas sobre o equilíbrio fiscal de longo prazo, mas é difícil dizer que a situação era ameaçadora. A aprovação do governo em dezembro de 2013 foi 78% (Datafolha de dezembro: 41% de ótimo ou bom e 37% de regular).

No primeiro trimestre de 2014 ainda tivemos um crescimento de 2,7%, mas os sinais já eram claros de que estávamos caminhando para um momento muito difícil que reduziria dramaticamente o ritmo de crescimento.

De fato, o segundo trimestre revelou uma queda anual do PIB de 1,2% com relação ao seu homólogo de 2013 e foi murchando: menos 0,6% no terceiro trimestre e menos 0,2% no quarto. O crescimento anual foi praticamente nulo (0,1%).

Era evidente, portanto, a partir de abril de 2014, quando se confirmou que o voluntarismo-ativo estava inibindo o investimento e atemorizando o setor privado, que o governo deveria alterar a política econômica e, ao mesmo tempo, controlar as despesas primárias, como, aliás, alertavam os economistas do próprio ministério da Fazenda.

No calor do processo eleitoral, o governo ignorou os fatos por temer que corrigi-los diminuiria as suas chances eleitorais. O resultado final foi decepcionante: ganhou a eleição, mas levou o Brasil à situação extrema de revelar o seu potencial desequilíbrio fiscal. O gráfico escancara a tragédia.

Não deixa dúvida de que já não há qualquer solução possível a não ser o estabelecimento, na Constituição, de um mecanismo de cointegração quase automático entre a receita e as despesas primárias do governo, que gere um superávit primário para sustentar a relação dívida bruta/PIB em patamar adequado que torne possível, quando necessário, mitigar os efeitos do ciclo econômico com inteligente política fiscal.

A corajosa mudança da presidenta Dilma em dezembro de 2014 não produziu os efeitos necessários porque não enfrentou o verdadeiro problema: o desequilíbrio estrutural inscrito na Constituição de 1988. Ele não foi enfrentado, aliás, por nenhum dos quatro presidentes eleitos diretamente pelo voto popular.

Quando estiveram no auge de seu prestígio (e todos, em algum momento, estiveram), sempre preferiram dissipar seu patrimônio no marketing fácil. Nem mesmo o necessário "ajuste fiscal" foi, de fato, levado a sério.

E por uma razão simples: a presidenta não seguiu o conselho de Seneca, *Initium salutis est notitia peccati*, no meu pobre latim, "a salvação começa pelo reconhecimento dos pecados"..

(Antonio Defim Netto- ex-ministro da Fazenda no Governo Medici)

Artigo: Revendo mitos a respeito da carga tributária

13/11/2015 – Fonte: Carta Capital

Preparado pela Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o trabalho "Evolução Recente da Carga Tributária Federal" busca exorcizar alguns fantasmas que, na forma de bordões, acabam dominando o noticiário econômico.

Um deles é a ideia do descalabro nas contas públicas. Outra, a ideia do aumento desmesurado da carga tributária.

Com a divulgação da carga tributária de 2014 – correspondendo a 33,5% do PIB - o trabalho mostra que a arrecadação de impostos, taxas e contribuições tem-se mantido estável entre 33% e 34% do PIB desde 2005. A exceção foi no período de 2009 e 2010, quando a crise financeira derrubou a arrecadação para menos de 33%.

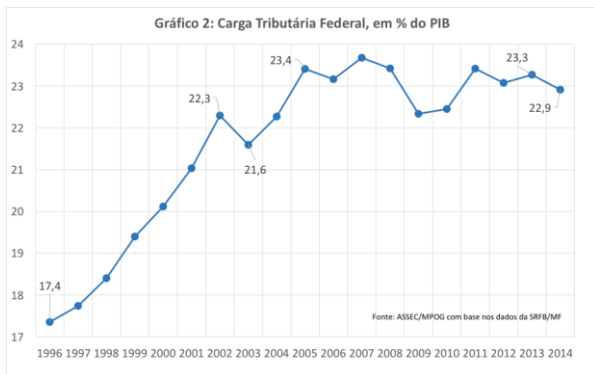
De 1996 a 2004 a carga tributária deu dois saltos:

1. 1997-2002: o governo procedeu a forte ajuste visando enfrentar as crises internacionais da época e viabilizar a transição para o sistema de metas inflacionários. A carga tributária passou de 26,1% do PIB, em 1996, para 32,2% do PIB, em 2002, aumento de 6,1 pontos percentuais (pp) do PIB em seis anos.

2. 2004-2005: novo ajuste fiscal para se contrapor à depreciação cambial de 2002 e recuperar o equilíbrio fiscal. A carga tributária passou de 31,4% do PIB em 2003 para 33,6% em 2005.

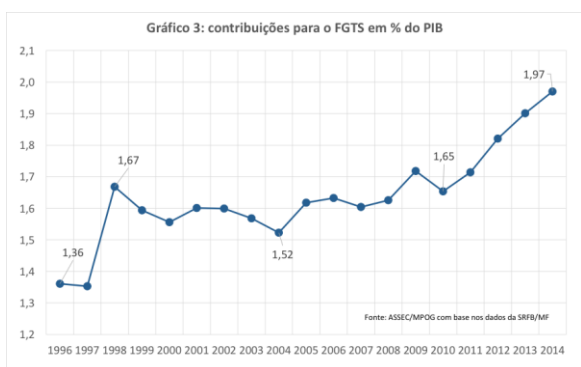
O trabalho dividiu a arrecadação por grupos de tributos e constatou para o período 2005-cinco conclusões

Conclusão 1 – a carga tributária federal está relativamente estável desde 2005. No ano passado houve queda de 0,4% do PIB em função da desaceleração econômica.



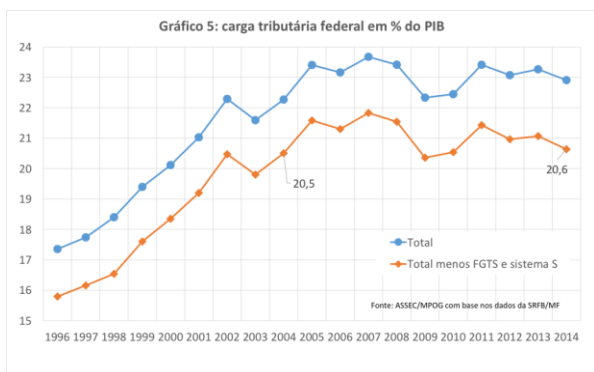
Conclusão 2 – as contribuições do FGTS e do sistema S subiram 0,5% do PIB em relação a 2005 e 0,7% em relação a 1996, dos quais 0,6% para o FGTS e 0,1% para o sistema S.

O salto mais expressivo foi a partir de 2005, devido ao aumento da massa salarial e da formalização do mercado de trabalho.



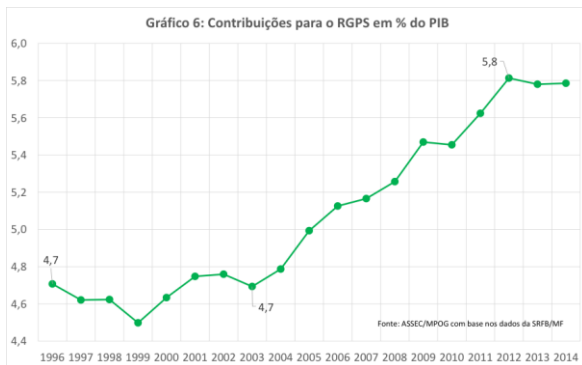
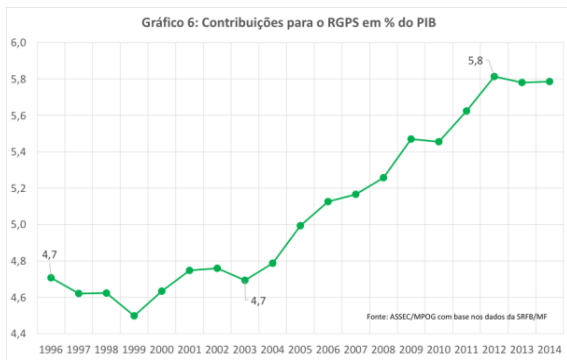
Conclusão 3: a arrecadação de 2014 voltou ao patamar de 2004, quando excluídas as contribuições do FGTS e ao sistema S.

A parcela que efetivamente financia as despesas públicas mantém-se em 21,1% do PIB desde 2004.

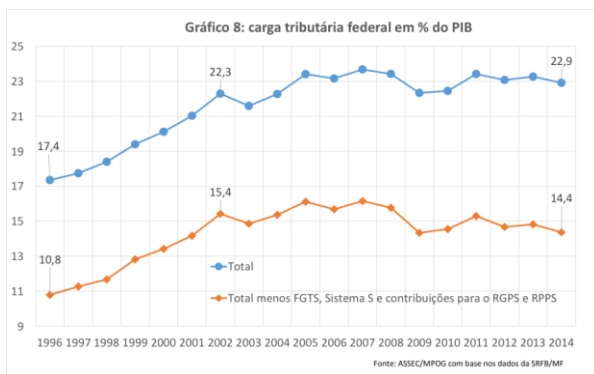


Conclusão 4 – as contribuições previdenciárias que entram na carga tributária federal aumentaram 1,4 pp do PIB desde 2003 e se estabilizaram em 5,8% a partir de 2013, com as desonerações para vários setores.

Desse 1,4 pp, 1,1 pp do PIB se devem ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e 0,3 pp no regime próprio da previdência dos servidores (RPPS) concentrados em 20045 e 2005, quando entrou em vigor a reforma da previdência de 2003.



Conclusão 5 – A carga tributária de 2004 foi 1% do PIB inferior a de 2002, quando excluídos do cálculo as contribuições para o FGTS, sistema S, RGPS e RPPS.



Tais dados demonstram que a aprovação de um imposto provisório, como a CPMF, ajudaria o país a superar o buraco negro econômico atual.

(Luis Nassif- Jornalista econômico).

Desigualdade de renda voltou a cair em 2014 no país, afirma IBGE

13/11/2015 – Fonte: G1

O Índice de Gini, que calcula o nível de desigualdade de renda no país, manteve a trajetória de queda em 2014, afirmou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ele passou de 0,495 em 2013, para 0,49 em 2014.

O valor desse índice varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). De 2012 para 2013, o índice passou de 0,496 para 0,495.

Segundo o levantamento, as pessoas de 15 anos ou mais que compõem o grupo dos 10% de menor rendimento mensal teve um aumento de 4,1% na renda em relação a

2013, e chegou a uma média de R\$ 256. Eles receberam 1,4% do total do rendimento dos trabalhadores.

Em contrapartida, aqueles que pertencem à classe dos 10% com rendimento mais elevado concentravam 40,3% do total da renda de trabalho, em média R\$ 7.154. Esse valor foi 0,4% menor do que o observado em 2013.

De acordo com o IBGE, a queda da renda dos 10% mais ricos e crescimento do rendimento dos 10% mais pobres tem "relação direta com a queda da desigualdade social" do país, em 2014, observada na pesquisa.

Rendimentos

De acordo com o instituto, de 2013 para 2014, os rendimentos médios reais cresceram em quase todos os décimos de distribuição de renda das pessoas ocupadas no Brasil, e em todas as grandes regiões.

"Em termos de diferencial do rendimento de todos os trabalhos, em 2014, os 10% da população ocupada com menores rendimentos recebiam 3,6% do valor obtido pelos 10% a população ocupada com rendimento mais elevados", ressaltou a análise. Em 2013, essa relação era menor, 3,4%.

Por regiões

A região Nordeste foi a que apresentou a maior redução do indicador entre 2013 e 2014. A variação no período foi de 4,4%, segundo a pesquisa. Em sequência, destacou-se a região Centro-Oeste, 3,5%.

A região Sudeste, no entanto, apresentou pequeno aumento do Índice de Gini no período, 0,7%, passando de 0,475 para 0,478, "que pode ser explicado pela redução do rendimento médio do décimo inferior da distribuição de rendimento mensal real e todos os trabalhos", analisou o IBGE.

Homens x mulheres

O Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade no país, mostrou que a distribuição do rendimento médio mensal de todos os trabalhos foi mais desigual entre os homens, 0,491, do que entre as mulheres, 0,474. O valor desse índice varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Os maiores níveis de centralização da renda entre homens ocupados foram observados no Piauí, 0,542, e no Distrito Federal, 0,541. Os menores níveis, contudo, ocorreram em Santa Catarina, 0,416 e no Amapá, 0,417.

"Entre as mulheres ocupadas, o maior nível de desigualdade no rendimento foi encontrado no Distrito Federal (0,547), e o menor nível, em Santa Catarina (0,388), ressaltou a pesquisa.

Começam os desligamentos na Usiminas, em Cubatão

13/11/2015 – Fonte: A Tribuna Santos

Já começaram as demissões relacionadas à paralisação das atividades primárias da Usina Siderúrgica da Usiminas, em Cubatão. Segundo a prefeita Marcia Rosa (PT), 250 trabalhadores de empreiteiras foram dispensados na noite da última terça-feira (10).

"Imagina o pai de família chegar em sua casa e dizer que está demitido, que aquele foi o único emprego da vida dele e que não tem perspectiva de quando vai ser incluído no mercado de trabalho", critica.

A informação vai na mesma linha do que foi levantado pela delegacia sindical da Baixada Santista do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp). Segundo o presidente, engenheiro Newton Guenaga Filho, "homologuei a demissão de quatro engenheiros em setembro e, logo após o fim do acordo, outros oito já foram mandados embora".

Todos trabalhavam diretamente na usina. Ao todo, são 350 profissionais da categoria. A Tribuna apurou que apenas uma empreiteira já mandou mais de 90 operários embora nesta semana.

Até 15 de dezembro, serão demitidos outros 408 colaboradores, tanto braçais, quanto encarregados e chefes. A empreiteira deve iniciar 2016 com apenas 96 trabalhadores na equipe.

"Isso se ela não entregar o contrato, porque não será mais viável continuar nesse nível", avalia um experiente profissional de departamento pessoal, sob anonimato.

De acordo com o último relatório Polo Industrial de Cubatão, publicado em 2014 pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), a siderurgia é responsável por 42% dos empregos do parque industrial de Cubatão. Entre os trabalhadores efetivos e contratados, a indústria cubatense tem 28.558 colaboradores, além de 51.540 que dependem do setor industrial.

A última informação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, Florêncio Resende de Sá, o Sassá, é de que há mais de 40 empreiteiras atuando na área da siderúrgica.

Segundo ele, não houve demissões de metalúrgicos por haver uma decisão judicial impedindo desligamentos na área até 23 de dezembro.

À Usiminas, foram enviadas 11 perguntas sobre como serão as demissões de seus funcionários e a reorganização da unidade cubatense. Não houve retorno até o fechamento desta edição.

CPI convoca presidente da Usiminas a prestar esclarecimentos

13/11/2015 – Fonte: A Tribuna Santos



O diretor-presidente da Usiminas, Rômelo Erwin de Souza, terá de prestar depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BNDES, em Brasília, para explicar os empréstimos obtidos junto ao banco e a decisão de encerrar a fabricação de aço na unidade de Cubatão, o que deve resultar no desligamento de pelo menos 4 mil trabalhadores.

A convocação do executivo foi aprovada na quinta-feira (12) por unanimidade após requerimento do deputado federal Marcelo Squassoni (PRB), um dos representantes da Baixada Santista na Câmara. O presidente do Conselho de Administração da empresa, Marcelo Gasparino da Silva, também será ouvido.

A data dos depoimentos de ambos será definida em até dez dias pelo presidente da CPI, constituída em agosto para investigar supostas irregularidades na concessão de empréstimos no BNDES. Por se tratar de uma convocação, os diretores são obrigados a comparecer.

Squassoni quer saber onde e como foram investidos os R\$ 2,3 bilhões captados pela Usiminas no banco, entre 2006 e 2011, com a justificativa de modernizar e ampliar as usinas de aço em Cubatão e Ipatinga (MG).

“Estava no escopo (objetivo) do pedido de empréstimo que o investimento era até 2016. Nem chegamos em 2016 e já estão fazendo demissões em massa. Eles terão que explicar o porquê dessa mudança tão drástica”, disse o deputado.

Jogou uma bomba

De acordo com a Usiminas, a suspensão da produção de aço em Cubatão é motivada pela crise no setor siderúrgico brasileiro.

Squassoni afirmou entender o momento econômico delicado, mas salientou que as forças políticas estão dispostas a buscar medidas para proteger a indústria nacional. Por isso, entende que é preciso haver mais diálogo por parte da empresa.

“O presidente da Usiminas não aparece em Cubatão e não dá satisfações para a prefeita da Cidade e para os trabalhadores. Ele jogou uma bomba em cima de todos e não se expõe para conversar”, criticou.

A prefeita de Cubatão, Marcia Rosa, esperava Rômel para uma reunião no Município ontem. Entretanto, pela segunda vez, o encontro foi desmarcado pela empresa. Segundo a Prefeitura, a Usiminas irá marcar nova data nos próximos dias.

Outro lado

Em nota, a Usiminas disse estar à disposição da Comissão para prestar as informações que se fizerem necessárias.

“A empresa possui financiamentos de investimentos com o BNDES para projetos em suas usinas e cumpre em dia com suas obrigações contratuais, inclusive em relação à correta destinação dos recursos”.

Os desafios do empreendedor brasileiro

13/11/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Ser um empreendedor em um mercado cada vez mais competitivo não é tarefa fácil. Ser dono do próprio negócio em um país como o Brasil, porém, é um desafio ainda maior. O perfil da economia nacional se modificou muito nos últimos e, de acordo com dados de uma pesquisa do Sebrae, realizada em parceria com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), quase 44% dos brasileiros sonham em ter a própria empresa.

Entre os jovens com mais de 18 anos, esse número chega a 28%, segundo o Data Popular. Apesar desses índices apresentarem constante crescimento ao longo dos anos, os que desejam entrar para o universo do empreendedorismo no país se deparam com fatores que são verdadeiros entraves para o crescimento e, em alguns casos, para a sobrevivência da empresa.

Burocracia excessiva, carência de incentivos por parte do poder público e, principalmente, a complexidade e defasagem do sistema tributário e fiscal fazem do Brasil um terreno pouco fértil para quem deseja ter sucesso como empresário, seja de pequeno, médio ou grande porte.

Na contramão dos dados que mostram o crescimento da parcela de pessoas que querem abrir a própria empresa, um estudo divulgado pelo IBGE revela que, de cada 100 companhias abertas no Brasil, 48 encerram suas atividades em três anos.

Esse diagnóstico abarca, principalmente, as micro e pequenas empresas, que, hoje, já somam cerca de 9 milhões no País, respondendo por 27% do PIB nacional e empregando cerca de 60% da População Economicamente Ativa (PEA). Todavia, não são somente os negócios com essa configuração que sofrem com os entraves de gestão.

Isso porque, se uma empresa consegue crescer aqui, ela é punida com mais burocracia e, proporcionalmente, com mais impostos, que correspondem a uma fatia considerável das receitas dos governos.

Em relação à nossa alta carga tributária, ficamos atrás somente de nações desenvolvidas, como a Suécia, Finlândia, Bélgica, França e Dinamarca. Uma grande diferença entre nós e eles, porém, é que, nos outros países, os encargos retornam para a sociedade por meio de serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e segurança.

Além dos impostos cada vez mais elevados e com valores desequilibrados, a volatilidade das normas fiscais e tributárias do País exige atenção por parte dos empresários para atender às demandas do fisco.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), são editadas no Brasil, em média, 37 normas por dia, ou seja, 1,57 por hora. Essas alterações se dão, principalmente, porque as bases da atual legislação datam da década de 1950, por esse motivo ela precisa não só ser reformada, mas reconstruída "do zero", de modo a acompanhar as configurações de mercado sem causar impactos diretos no desenvolvimento e na gestão das empresas.

Como isso ainda não é uma realidade, os empreendedores brasileiros, incluindo os contadores, precisam gastar cada vez mais tempo e dinheiro para se atualizar sobre as diferentes demandas da Receita Federal.

Nesse sentido, os softwares contábeis e de gestão podem ser grandes aliados no cumprimento dessas obrigações.

Somadas à complexidade da nossa legislação, outras barreiras também surgem quando o assunto é fazer a gestão do negócio no Brasil: baixa produtividade do trabalhador brasileiro (rendemos, em média, um quarto do que os americanos produzem), falta de incentivo do governo à inovação, baixa qualificação dos colaboradores, menos infraestrutura física e tecnológica, entre outros.

Algumas alternativas, no entanto, se mostram viáveis para atenuar esse quadro. Entre elas estão a simplificação e a transparência dos procedimentos fiscais (municipais, estaduais e federais), maior prazo para recolhimento dos tributos e a possibilidade de renegociação de dívidas com o empreendedor.

Além disso, é preciso oferecer mais subsídios aos micro e pequenos empresários para que eles tenham condições de realizar a gestão eficiente do negócio, aumentando, assim, as taxas de sobrevivência dessas companhias, que constituem uma importante base da nossa economia.

Helbert Macedo Gerente de Marketing da Mastermaq Softwares,

Código de mineração muda após tragédia de Mariana

13/11/2015 – Fonte: Valor Econômico

A tramitação do novo Código de Mineração na Câmara ignorou até agora propostas de mudanças na legislação do setor que obrigariam as empresas a contratar seguro ambiental para projetos com potencial de contaminação da água ou do solo.

O relator do projeto, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), rejeitou no ano passado duas emendas que propunham a exigência desse tipo de seguro.

Após o trágico rompimento da barragem da Samarco, Quintão recuou. Ele disse ao Valor que vai fazer pelo menos duas alterações no texto do novo código, entre elas a exigência de contratação de seguro ambiental.

A outra mudança será a obrigatoriedade de que as mineradoras tenham um programa de tratamento dos resíduos gerados na atividade de extração.

Assuntos relacionados

"Vamos aprimorar o código e exigir a contratação de um seguro que não afete a competitividade das empresas", disse o deputado. A Samarco tem um seguro que vai cobrir apenas parte dos danos.

A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem que a empresa - que tem como sócios as mineradoras Vale e BHP - será multada em pelo menos R\$ 250 milhões. Os Estados e municípios atingidos pelo "mar de lama" também poderão aplicar sanções, de acordo com a presidente.

No caso dos resíduos, o texto prevê apenas que as empresas terão isenção tributária para fazer o tratamento. Mas o relator considera que a tragédia de Mariana (MG) demonstrou que o tratamento adequado desses rejeitos deve passar a ser obrigatório.

Ele observou que, em todos os debates que teve sobre o assunto, as mineradoras jamais demonstraram entusiasmo em cuidar dos resíduos.

O novo código está emperrado no Congresso desde junho de 2013. O relator atribui a "interesses privados" a dificuldade em votar o projeto na comissão especial que avalia a matéria.

Nos bastidores, é difundida a tese de que as principais mineradoras do país não têm interesse na aprovação do novo marco regulatório e atuam para barrar o andamento do projeto.

As empresas temem o aumento dos royalties cobrados pelo governo e a perda dos direitos de preferência na exploração de jazidas em que já iniciaram suas atividades de pesquisa.